



SEFAZ GO

1000 Questões Gabaritadas

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	38

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

MATEMÁTICA FINANCEIRA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

ESTATÍSTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	13

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

SUMÁRIO



DIREITO FINANCEIRO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

DIREITO CIVIL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

MICROECONOMIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

ECONOMIA DA TRIBUTAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	15

MACROECONOMIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

CONTABILIDADE GERAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	25



TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	22

AUDITORIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

CONTABILIDADE AVANÇADA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	29

CONTABILIDADE DE CUSTOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	14

DIREITO TRIBUTÁRIO I

QUESTÕES.....	1
GABARITO	43

DIREITO TRIBUTÁRIO II - REFORMA TRIBUTÁRIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	8

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	12

SUMÁRIO

**1. (FCC - 2024)**

Leia o conto “A condição geral”, de Carlos Drummond de Andrade,

O barro entendia que estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares. A água queixou-se de recolher todas as imundícies da Terra, ela que sempre foi sinônimo de limpeza. O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie - de todas as espécies imoladas. “E a mim?” - gemeu a árvore -, “a mim, que desempenho função vital no sistema da Terra, tacam-me fogo ou retalham-me a serra e o machado”.

Os quatro concordaram que não está direito. Reclamaram do homem, que lhes declarou que não podia fazer nada. Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar. “Em vez de me coçar, acrescentou, “assisto a seriados americanos de televisão, enquanto não se inventa outra coisa. E me entedio. Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo. Vocês pensam que ser homem é fácil?”

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. Contos plausíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 2012)

No contexto em que se insere, expressa sentido de finalidade o termo sublinhado em:

- (A) O boi nem precisou falar: era a imagem da revolta contra o sacrifício da espécie.
- (B) desempenho função vital no sistema da Terra.
- (C) estavam abusando de sua docilidade para fabricar cerâmicas vulgares.
- (D) Voltem para seus lugares e guardem o que lhes digo.
- (E) Vive onerado de impostos, afligido de doenças, e mal tem tempo de se coçar.

2. (FCC - 2022)

O lugar onde a gente morava quase só tinha bicho
solidão e árvores.

Meu avô namorava a solidão.

Ele era um florilégio de abandono.

De tudo que me restou sobre aquele avô foi esta
imagem: ele deitado na rede com a sua namorada, mas
se a gente o retirasse da rede por alguma necessidade,
a solidão ficava destampada.
Oh, a solidão destampada!

Essa imagem da solidão que ficara dentro de mim por anos.
Ah, o pai! O pai vaquejava e vaquejava.
Ele tinha um olhar soberbo de ave.
E nos ensinava a liberdade.
A gente então saía vagabundeando pelos matos sem aba.
Chegou que alcançamos a beira de um rio.

**1. (FCC - 2022)**

Para entrar em um sistema computacional, o usuário deve digitar sua senha duas vezes seguidas e responder três perguntas de verificação. Se a senha for digitada corretamente nas duas oportunidades ou se nenhuma das três respostas estiver errada, então o usuário tem acesso ao sistema. Caso contrário, aparece na tela uma mensagem de erro.

Uma pessoa completou o processo para entrar nesse sistema, mas, ao final, apareceu na tela uma mensagem de erro. Nessas condições, é correto concluir que essa pessoa, necessariamente,

- (A) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade e acertou, no máximo, duas perguntas de verificação.
- (B) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade ou errou ao menos uma das três perguntas de verificação.
- (C) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades e errou as três perguntas de verificação.
- (D) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades ou não acertou nenhuma das três perguntas de verificação.
- (E) errou a digitação da senha nas duas oportunidades ou não acertou uma das três perguntas de verificação.

2. (FCC - 2022)

A negação da afirmação: “não ficou doente e vai ficar em casa” é:

- (A) Ficou doente e não vai ficar em casa.
- (B) Não ficou doente ou vai ficar em casa.
- (C) Ficou doente ou não vai ficar em casa.
- (D) Ficou doente ou vai ficar em casa.
- (E) Não ficou doente ou não vai ficar em casa.

3. (FCC - 2022)

Considere seguintes proposições:

p: Em março há 2 feriados ou 5 domingos. q: Em março nunca há carnaval.

A negação da condicional $p \rightarrow q$ é equivalente à afirmação:

- (A) Em março não há 2 feriados e não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (B) Em março não há 2 feriados ou não há 5 domingos e em março sempre há carnaval.
- (C) Em março há 2 feriados ou 5 domingos e em março pode haver carnaval.
- (D) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março sempre há carnaval.
- (E) Se em março não há 2 feriados e não há 5 domingos, então em março pode haver carnaval.

**1. (FCC - 2025)**

Uma pessoa irá necessitar de R\$ 120.600,00 para adquirir um automóvel daqui a 8 meses. O menor valor (C), em 1.000 reais, que ela deve depositar hoje em um banco que remunera os depósitos de seus clientes a uma taxa de juros simples de 10,8% ao ano, com o objetivo de adquirir o automóvel daqui a 8 meses, é tal que

- (A) $110 \leq C < 115$
- (B) $115 \leq C < 120$
- (C) $105 \leq C < 110$
- (D) $C < 105$
- (E) $C \geq 120$

2. (FCC - 2025)

Dois títulos de valores nominais iguais a R\$ 30.000,00 e R\$ 50.000,00 deverão ser quitados daqui a 2 meses e 4 meses, respectivamente. O devedor propõe substituir estas duas obrigações por um único pagamento daqui a 6 meses. Utilizando a taxa de juros simples de 24% ao ano, obtém-se que o valor deste único pagamento tem de ser no valor de

- (A) R\$ 83.800,00
- (B) R\$ 85.200,00
- (C) R\$ 83.200,00
- (D) R\$ 86.400,00
- (E) R\$ 84.400,00

3. (FCC - 2025)

O valor dos juros referente a uma aplicação realizada na data de hoje pelo prazo de 6 meses a uma taxa de juros compostos de 3% ao trimestre é igual a R\$ 669,90. Caso esta aplicação seja realizada a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, o valor dos juros será de:

- (A) R\$ 825,00
- (B) R\$ 840,00
- (C) R\$ 750,00
- (D) R\$ 1.080,00
- (E) R\$ 990,00

4. (FCC - 2025)

Um investidor aplicou 30% de seu capital, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 12% ao ano e o restante, durante 10 meses, a uma taxa de juros simples de 14,4% ao ano. Se a soma dos montantes destas aplicações foi igual a R\$ 66.480,00, então o valor dos juros correspondente à aplicação de 10 meses apresenta valor igual a

- (A) R\$ 4.000,00
- (B) R\$ 5.600,00

**1. (FCC - 2024)**

O analista administrativo de uma organização pública precisa elaborar uma apresentação aos superintendentes. Em função do extremo calor dos últimos dias, esta apresentação deve conter um gráfico estatístico que represente a variação durante o dia das temperaturas na cidade nos últimos três meses. Logo, o gráfico ideal para representar esta série temporal cíclica denomina-se

- (A) Gráfico em colunas simples.
- (B) Cartograma.
- (C) Gráfico em barras múltiplas.
- (D) Gráfico em setores.
- (E) Gráfico polar.

2. (FCC - 2024)

O gráfico que, em uma análise exploratória de dados, permite observar a forma da distribuição, determinar a tendência central, observar os valores extremos, identificar *outliers*, além de permitir a comparação entre grupos de dados, é chamado de

- (A) pictograma.
- (B) diagrama de dispersão.
- (C) em rede.
- (D) pizza.
- (E) histograma.

3. (FCC - 2024)

3) No lançamento de dois dados, pode-se calcular a soma e o produto dos números de pontos obtidos nas faces voltadas para cima. A probabilidade de a soma ser maior ou igual ao produto é:

- (A) $\frac{2}{3}$
- (B) $\frac{1}{6}$
- (C) $\frac{1}{3}$
- (D) $\frac{1}{4}$
- (E) $\frac{1}{2}$

4. (FCC - 2024)

4) Um dado tem 6 faces numeradas de 1 a 6. Para esse dado, sabe-se que, ao jogá-lo, a probabilidade de sair uma face par é o dobro da probabilidade de sair uma face ímpar. A probabilidade de sair 1 ou 4 ao jogarmos esse dado é

- (A) $\frac{1}{6}$
- (B) $\frac{1}{2}$
- (C) $\frac{1}{9}$
- (D) $\frac{2}{3}$
- (E) $\frac{1}{3}$



1. (FCC - 2025)

Em uma noite, Elzah, que é enfermeira, passeava na rua com o seu cachorro, quando viu um de seus vizinhos caído, desacordado, na garagem da casa dele. Elzah tocou diversas vezes a campainha mas, sem retorno, arrombou o portão do imóvel e penetrou na casa para prestar socorro ao seu vizinho. Diante dessa situação, Elzah

- (A) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre.
- (B) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo durante o dia, por determinação judicial.
- (C) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar, em qualquer circunstância, sem consentimento do morador.
- (D) poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo, dentre outros casos, para prestar socorro.
- (E) não poderia ter entrado no imóvel, pois a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito.

2. (FCC - 2024)

Um grupo de pessoas protetoras dos animais quer se reunir, pacificamente e sem armas, em um local aberto ao público para defender ideias que os beneficiam. Essa reunião pode ocorrer.

- (A) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigido prévio aviso a essa autoridade.
- (B) desde que a convocação da reunião tenha sido realizada por uma associação criada e aprovada, na forma da lei, por autoridade competente, sendo apenas exigida autorização da parte desta.
- (C) independentemente de autorização e de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (D) desde que haja autorização da autoridade competente e que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- (E) independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

3. (FCC - 2022)

O direito à assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos está previsto na Constituição Federal

- (A) implicitamente, em decorrência da criação da Defensoria Pública.
- (B) expressamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- (C) implicitamente e integra o rol das cláusulas pétreas.
- (D) implicitamente, mas sem relação com o rol das cláusulas pétreas.
- (E) expressamente e integra o rol das cláusulas pétreas.



1. (FCC - 2022)

O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

2. (FCC - 2022)

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.
- (E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

3. (FCC - 2022)

Entre os elementos (ou requisitos) do ato administrativo estão a

- (A) competência e a autoexecutoriedade.
- (B) vinculação e a imperatividade.
- (C) discricionariedade e a presunção de legitimidade.
- (D) data e o local.
- (E) competência e a finalidade.

4. (FCC - 2025)

Os atos administrativos são dotados de atributos próprios, que os distinguem de outros atos e negócios jurídicos, a exemplo da

- (A) autoexecutoriedade, decorrência do atributo da imperatividade, este que dispensa manifestação judicial para projetar efeitos em relação a terceiros.
- (B) finalidade de interesse público, obrigatória em todos os atos administrativos e cuja violação aciona a possibilidade de sua revogação administrativa ou judicial.



1. (FCC - 2023)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2023 de um ente público deve, de acordo com a

- (A) Constituição Federal de 1988, estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial das Administrações Direta e Indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.
- (B) Constituição Federal de 1988, estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- (C) Lei Complementar nº 101/2000, conter, no Anexo de Metas Fiscais, demonstrativo da expectativa de evolução do patrimônio líquido para o período de 2023 a 2026.
- (D) Lei Complementar nº 101/2000, apresentar os valores de despesas obrigatórias de caráter continuado, como aquelas derivadas de lei que obrigue o ente a restaurar vias públicas no prazo de 15 meses.
- (E) Lei Complementar nº 101/2000, conter reserva de contingência destinada ao atendimento de despesas classificadas, quanto à sua categoria econômica, em Despesas Correntes.

2. (FCC - 2022)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) formam a gestão estratégica no setor público, no tocante à questão orçamentária. A LDO refere-se ao plano

- (A) tático, gerencial, de médio prazo.
- (B) operacional, de curto prazo.
- (C) estratégico, de longo prazo.
- (D) continuado, de curto prazo.
- (E) integrado, unindo-se etapas de longo, médio e curto prazo.

3. (FCC - 2025)

Utilize as informações seguintes para responder à questão.

As informações dos Quadros 1 e 2 fazem parte das receitas e despesas referentes ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública municipal. Os valores estão expressos em Reais (R\$).

Quadro 1: Receitas da Entidade Pública Municipal

Receita	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
Alienação de Bens Móveis	200.000	200.000	180.000
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	140.000	141.500	150.000
Impostos	7.000.000	7.250.000	7.250.000
Operações de Crédito - Mercado Interno	500.000	500.000	700.000
Taxas	150.000	150.000	140.000
Total	7.990.000	8.241.500	8.420.000

**1. (FCC - 2024)**

Cessar, para os menores, a incapacidade civil:

I. Pelo casamento.

II. Pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

III. Pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos.

Com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

2. (FCC - 2022)

De acordo com o Código Civil, a morte presumida da pessoa

- (A) não pode ser judicialmente declarada sem que haja requerimento de algum dos seus sucessores.
- (B) pode ser declarada mesmo sem decretação de ausência.
- (C) só pode ser declarada se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (D) não autoriza a abertura da sucessão antes de decorridos dez anos do trânsito em julgado da sentença que a declarar.
- (E) pode ser registrada em registro público independentemente de declaração judicial em casos de catástrofes naturais.

3. (FCC - 2024)

“A vida humana não é apenas um conjunto de elementos materiais. Integram-na, outrossim, valores imateriais, como os morais. A Constituição empresta muita importância à moral como valor ético-social da pessoa e da família, que se impõe ao respeito dos meios de comunicação social (art. 221, IV) . Ela, mais que as outras, realçou o valor da moral individual, tornando-a mesmo um bem indenizável (art. 5º, Ve X) . A moral individual sintetiza a honra da pessoa, o bom nome, a boa fama, a reputação que integram a vida humana como dimensão imaterial. Ela e seus componentes são atributos sem os quais a pessoa fica reduzida a uma condição animal de pequena significação.”

(SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 39.ed., 2016, p. 203)

O texto acima relaciona-se com

- (A) a responsabilidade civil contratual.
- (B) a responsabilidade civil objetiva, ou subjetiva, por danos contra pessoa física ou jurídica.
- (C) os direitos da personalidade.

**1. (FCC - 2025)**

Sobre a aplicação da lei penal, é correto afirmar:

- (A) No caso de genocídio praticado no exterior, por se tratar de crime de interesse da humanidade e em nome dos princípios da justiça universal e da extraterritorialidade incondicionada, aplica-se a lei brasileira para a hipótese de o autor do delito, mesmo sendo estrangeiro, ter domicílio no Brasil.
- (B) No crime de estelionato tentado praticado no estrangeiro, estando a vítima em solo brasileiro, não haverá crime a ser perseguido no Brasil, na hipótese de não haver efetivo prejuízo ao ofendido, sendo que se aplica, nesse caso, a teoria da atividade para se fixar o lugar do delito.
- (C) Na hipótese dos crimes omissivos impróprios, considera-se praticado o delito no momento do resultado, uma vez que a omissão para essa modalidade de delito necessita de resultado material para ser punível.
- (D) O surgimento de lei penal que determina a abolição de um crime ocasiona a cessação dos efeitos penais, administrativos e civis decorrentes da condenação pelo delito abolido, salvo se eventual indenização em favor da vítima já tenha sido fixada em sentença irrecorrível.
- (E) De acordo com o Código Penal, nas hipóteses de crimes cometidos no exterior contra a administração pública, por quem está a seu serviço ou por particular, o agente não poderá ser punido segundo a lei brasileira, caso seja absolvido no país de cometimento do delito, desde que tenha sido garantido, no processamento da ação estrangeira, o devido processo legal.

2. (FCC - 2022)

O tipo penal

- (A) representa um indício da culpabilidade segundo a teoria materialista objetiva do delito.
- (B) tem sua primeira construção dogmática no finalismo de Hans Welzel.
- (C) demanda o desvalor do resultado para sua existência como elemento do delito.
- (D) é a estrutura legal que descreve o comportamento proibido, possuindo função de garantia.
- (E) no crime omissivo próprio exige o comportamento ativo do agente de acordo com sua relação com o bem jurídico.

3. (FCC - 2025)

Aquiles colocou em seu veículo particular diversos adesivos com símbolos e emblemas identificadores da Polícia Militar, ocasião em que passou a circular com o automóvel pelas ruas do Município de São Paulo. Ao ser abordado por policiais, admitiu a caracterização irregular de seu veículo. Considerando os elementos acima expostos, Aquiles

- (A) não praticou qualquer crime, pois se trata de crime funcional.
- (B) praticou, em tese, o crime de reprodução ou adulteração de selo.
- (C) praticou, em tese, o crime de falsificação do selo ou sinal público.
- (D) praticou, em tese, o crime de falsidade ideológica.
- (E) não praticou qualquer crime, pois ausentes os elementos objetivos de qualquer tipo penal.

**1. (FCC - 2024)**

A Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores estabelecem os critérios de avaliação de ativos. Nesse contexto, esclarece o que deve ser compreendido por valor justo para cada natureza de ativo que pode ser mensurado desta forma. Assim, analise as assertivas a seguir:

I. O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado é o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado.

II. O valor justo dos bens ou direitos destinados à venda é o preço bruto de realização mediante venda no mercado, deduzidos os impostos.

III. O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor que pode se obter em um mercado ativo, decorrente de transação compulsória realizada entre partes dependentes.

Está correto o que se afirma em

- (A) **I, II e III.**
- (B) **I**, apenas.
- (C) **I e II**, apenas.
- (D) **I e III**, apenas.
- (E) **II e III**, apenas.

2. (FCC - 2024)

Fernando dedica-se ao exercício de profissão intelectual. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Fernando

(A) não será considerado empresário, mesmo que conte com o concurso de auxiliares ou colaboradores, inclusive se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, sendo vedada a sua inscrição no Registro Público de Empresas.

(B) não é considerado empresário, mesmo que conte com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será obrigatória.

(C) será considerado empresário somente se contar com o concurso de auxiliares ou colaboradores, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será obrigatória.

(D) não é considerado empresário, mesmo que conte com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será facultativa.

(E) será considerado empresário somente se contar com o concurso de auxiliares ou colaboradores, caso em que sua inscrição no Registro Público de Empresas será facultativa.



Microeconomia

1. (2024)

Analise as afirmativas a seguir:

I. Microeconomia ou Teoria de Formação de Preços, examina a formação de preços em mercados específicos, ou seja, como consumidores e empresas interagem no mercado e como decidem os preços e a quantidade para satisfazer a ambos simultaneamente

II. Macroeconomia, estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados nacionais, como o produto interno bruto (PIB), o investimento agregado, a poupança agregada, o nível geral de preços, entre outros. Seu enfoque é basicamente de curto prazo

III. Operações com mercado aberto (open market), consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2. (2024)

Assinale a opção que indica como a diferença entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico é definida.

- (A) Crescimento econômico refere-se ao aumento da produção total de bens e serviços em uma economia ao longo do tempo, enquanto desenvolvimento econômico refere-se às melhorias qualitativas e institucionais na qualidade de vida e bem-estar da população.
- (B) Crescimento econômico diz respeito à redução das desigualdades de renda e riqueza entre os indivíduos de uma sociedade, enquanto desenvolvimento econômico diz respeito ao aumento da produção total de bens e serviços.
- (C) Crescimento econômico e desenvolvimento econômico são termos intercambiáveis que descrevem o mesmo fenômeno de aumento da atividade econômica em uma sociedade.
- (D) Crescimento econômico e desenvolvimento econômico referem-se ambos à expansão da infraestrutura física de uma economia, incluindo estradas, escolas e hospitais.

3. (2024)

A Economia Brasileira atravessa um importante momento de implementação de um novo modelo tributário que exigirá mudanças cujos impostos precisarão ser avaliados cuidadosamente pois afetarão a economia como um todo. As interações entre diferentes mercados e setores deverão ser cautelosamente analisadas nesse processo. Para apoiar essas avaliações é preciso um profundo conhecimento da Teoria

- (A) de Estatística Inferencial.
- (B) de Estatística Descritiva.
- (C) Microeconômica de Equilíbrio Geral.
- (D) Macroeconômica de Equilíbrio Parcial.
- (E) dos Jogos.



1. (QUADRIX - 2025)

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção que apresenta a característica essencial do imposto como espécie tributária.

- (A) Possui fato gerador desvinculado de qualquer atividade estatal específica, em relação ao contribuinte.
- (B) Incide sobre a utilização de serviços públicos específicos e divisíveis.
- (C) Depende de prévia afetação para aplicação em órgãos específicos.
- (D) É vinculado ao exercício regular do poder de polícia.
- (E) É destinado exclusivamente à segurança e à educação públicas.

2. (FGV - 2025)

A tributação é um mecanismo para reduzir ou agravar as desigualdades socioeconômicas, na medida em que interfere na disponibilidade de renda dos indivíduos.

Sobre esse tema, associe os conceitos apresentados a seguir aos respectivos regimes de tributação.

1. (Imposto Neutro.)

2. (Imposto Progressivo.)

3. (Imposto Regressivo.)

() O imposto implementado não afeta a distribuição de renda, pois o ônus tributário é igual para todas as camadas da população.

() Caracteriza-se pela adoção de alíquotas marginais que diminuem a renda disponível, mantendo uma relação crescente entre a renda e o imposto a pagar.

() As alíquotas marginais dos impostos aumentam a renda disponível (impostos pró-cíclicos), ou seja, a relação entre o imposto a pagar e a renda decresce com o aumento da renda

Assinale a opção que apresenta a relação **correta**, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 1 – 3 – 2.

3. (FCC - 2025)

O artigo 16 do Código Tributário Nacional (CTN) preconiza: “Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa aos contribuintes”.

Sobre os impostos:

- (A) São classificados como diretos aqueles cujo fato gerador incide sobre o contribuinte de direito, sem que haja possibilidade de transferir o encargo fiscal a quem quer que seja.
- (B) Os cumulativos incidem várias vezes na fase de circulação do bem, computando ou deduzindo o valor que já incidiu nas fases anteriores.
- (C) Quando classificados como indiretos, têm como identidade o contribuinte de fato e de direito.



1. (2023)

O estudo da macroeconomia se encarrega de analisar o comportamento dos grandes agregados como nível geral de preços, renda e produtos, emprego e desemprego, taxa de juros, estoque de moeda, balança de pagamentos e taxa de câmbio.

No relacionamento entre estes agregados macroeconômicos e a gestão de um órgão público, é correto afirmar:

- 1- Um órgão público se encontra fora do contexto macroeconômico.
- 2- A taxa de juros em nada afeta a gestão de um órgão público.
- 3- A taxa de câmbio serve somente para as exportações e não afeta a gestão pública.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) É correta apenas a afirmativa 1.
- (B) É correta apenas a afirmativa 2.
- (C) É correta apenas a afirmativa 3.
- (D) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- (E) São corretas as afirmativas 1, 2 e 3.

2. (2025)

Analise os seguintes dados hipotéticos relativos às contas nacionais de determinado país. (Valores em milhões de reais.)

Consumo privado.....	1000
Investimento privado.....	350
Consumo do governo + Investimento do governo.....	100
Exportação de bens e serviços.....	150
Importação de bens e serviços.....	100
Pagamento de juros relativos à dívida interna.....	50
Recebimento de renda oriunda do exterior pelos agentes privados domésticos.....	50
Envio de renda para o exterior pelos agentes privados domésticos.....	100
Tributos.....	50

Considerando exclusivamente os dados fornecidos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O Produto Interno Bruto (PIB) é igual a 1600.
- () A variação das reservas cambiais é igual a 150.
- () A poupança privada é igual a 550.

**1. (FCC - 2012)**

Uma entidade com fins lucrativos iniciou suas atividades em 02/02/2011 com um total de ativos equivalentes a R\$ 650.000,00, correspondentes à integralização de capital por parte dos sócios em bens e direitos. Até 31-12-2011, em relação à situação original, o total de ativos dobrou de valor e o patrimônio líquido aumentou de valor em 60%. O valor do Passivo dessa na referida data correspondeu, em R\$, a:

- (A) 650.000,00.
- (B) 390.000,00.
- (C) 260.000,00.
- (D) 1.040.000,00.
- (E) 820.000,00.

2. (FCC - 2009)

Ao examinar o Balanço Patrimonial de uma entidade verifica-se que o total do Passivo é superior ao total do Ativo. Neste caso, essa demonstração evidencia

- (A) um Ativo com valor negativo.
- (B) um Patrimônio Líquido positivo.
- (C) a obtenção de um resultado nulo no período examinado.
- (D) um Passivo a descoberto.
- (E) que as Receitas obtidas do período são maiores que as Despesas.

3. (FCC - 2009)

O valor de aquisição de um ativo ou dos insumos necessários para fabricá-lo e colocá-lo em condições de gerar benefícios para a entidade representa um parâmetro correto para seu registro contábil. Essa afirmação está de acordo com o seguinte Princípio Fundamental de Contabilidade:

- (A) Oportunidade.
- (B) Entidade.
- (C) Conservadorismo.
- (D) Prudência.
- (E) Registro pelo Valor Original.

4. (FCC - 2019)

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral (NBC TG) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, dentre outras coisas, aborda as características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Em relação a essas características, considere:

- I. A característica materialidade é um aspecto específico da relevância.
- II. Uma realidade para ser considerada fidedigna deve ser completa, neutra e livre de erro.
- III. Para auxiliar os usuários a tomarem boas decisões, as informações devem ser materiais ou fidedignas.
- IV. Comparabilidade e tempestividade são características qualitativas de melhoria.

**1. (FCC - 2025)**

Considere uma regressão linear simples da forma $y_i = b_0 + b_1 x_i + e_i$, onde b_0 e b_1 são parâmetros a serem estimados e e_i o termo aleatório, com média 0 e desvio-padrão σ^2 . Sabe-se que a média dos valores de $X_i = 10$ e a média dos valores de $Y_i = 50$. Utilizando o método dos mínimos quadrados, o valor estimado de b_1 foi 4, então o valor estimado do intercepto (b_0) é dado por

- (A) 20
- (B) 30
- (C) 10
- (D) 40
- (E) 15

2. (FCC - 2025)

Considere uma regressão linear simples da forma $y_i = b_0 + b_1 x_i + e_i$, onde b_0 e b_1 são parâmetros a serem estimados e e_i o termo aleatório, com média 0 e desvio-padrão σ^2 . Sabe-se que a média dos valores de $x_i = 10$ e a média dos valores de $y_i = 50$. Utilizando o método dos mínimos quadrados, o valor estimado de b_1 foi 4, então o valor estimado do intercepto (b_0) é dado por

- (A) 40
- (B) 15
- (C) 20
- (D) 30
- (E) 10

3. (FCC - 2025)

Em uma regressão linear simples da forma $Y = \beta_0 + \beta_1 x + e$, onde e é um erro aleatório com média zero e variância constante, um ajuste pelo método dos mínimos quadrados com 30 observações forneceu o valor estimado de 1,8 para o coeficiente angular β_1 . O desvio padrão de Y é exatamente o dobro do desvio padrão de X , então o coeficiente de correlação entre X e Y é dado por

- (A) 0,45
- (B) 0,50
- (C) 0,75
- (D) 0,90
- (E) 0,60

4. (FCC - 2025)

Um analista ajustou uma regressão linear simples pelo método dos mínimos quadrados com equação estimada resultante na forma $y = 250 + 0,6x$. O ponto observado $x = 50$ possui um resíduo igual a -10, então o valor observado de Y nesse ponto é

- (A) 230
- (B) 270



1. (FCC - 2022)

A auditoria de conformidade conduzida no setor público envolve três partes distintas, que são:

- (A) a parte responsável, o auditor e o usuário previsto.
- (B) o auditor, o sistema e o programa de auditoria.
- (C) o planejamento do teste, a definição da amostragem e o usuário previsto.
- (D) o plano de testes, o chefe do departamento auditado e o auditor chefe.
- (E) a programação, a execução da auditoria e o relatório aprovado.

2. (FCC - 2025)

De acordo com as normas de auditoria governamental, a abrangência da atuação da auditoria governamental é caracterizada por:

- (A) Priorizar unicamente a avaliação da economicidade e eficiência no uso dos recursos (auditoria operacional), considerando os aspectos de conformidade legal e fidedignidade contábil como secundários e abordados apenas se houver indícios de fraude.
- (B) Limitar-se à verificação da adequação do sistema de controles internos (SCI) e ao exame documental dos processos, sem abranger a avaliação de políticas, programas, ou a análise de resultados e impactos das ações governamentais.
- (C) Ser ampla e integrada, englobando tanto as auditorias de regularidade (que verificam aspectos contábeis, financeiros, orçamentários e de cumprimento legal) quanto as auditorias operacionais (que avaliam o desempenho segundo critérios como economicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade), aplicáveis a diversas entidades e programas da Administração Pública.
- (D) Focar-se exclusivamente na auditoria de regularidade, verificando a conformidade legal e a correção dos registros contábeis, orçamentários e financeiros, sem adentrar na análise de desempenho ou resultados de políticas públicas, que são de competência exclusiva da gestão.
- (E) Restringir-se às entidades da Administração Direta Federal, excluindo órgãos estaduais, municipais, empresas estatais e entidades privadas que gerenciam recursos públicos, concentrando-se primordialmente nos aspectos formais de legalidade.

3. (FCC - 2025)

As características essenciais de um relatório de auditoria do setor público devem

- (A) ter clareza, objetividade e ser respaldadas por evidências suficientes e apropriadas.
- (B) conter técnicas complexas que só possam ser compreendidas por especialistas.
- (C) ser baseadas em opiniões pessoais do auditor, sem necessidade de evidências.
- (D) atender exclusivamente às necessidades da entidade auditada.
- (E) ser redigidas em forma de relatório direto, sendo opcional informar as limitações ao escopo da auditoria.



1. (FCC - 2025)

No dia 01/12/2022, uma empresa aplicou R\$ 400.000 em ativos financeiros e definiu os seguintes critérios de mensuração:

- R\$ 200.000 são mensurados ao custo amortizado
- R\$ 150.000 são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- R\$ 50.000 são mensurados ao valor justo por meio do resultado do período.

Todos os títulos rendem a taxa de juros de 1% ao mês e os valores justos de cada grupo, em 31/12/2022, são os seguintes:

- Títulos mensurados ao custo amortizado: R\$ 204.000
- Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: R\$ 153.000
- Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado do período: R\$ 51.000

Os valores em reais apresentados no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2022, para os títulos mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado do período, foram, respectivamente:

- (A) 200.000 - 150.000 - 50.000.
- (B) 202.000 - 151.500 - 50.500.
- (C) 204.000 - 153.000 - 51.000.
- (D) 202.000 - 153.000 - 51.000.
- (E) 204.000 - 151.000 - 50.500.

2. (FCC - 2025)

A empresa *Reservas Amplas S.A.* aplicou em ativos financeiros, no dia 31/12/2023, o valor total de R\$ 1.440.000 e classificou-os conforme a seguinte tabela:

Classificação dos títulos	Valor aplicado em 31/12/2023 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	600.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	840.000

Todas as aplicações remuneraram juros compostos de 14% ao ano e os valores justos desses títulos no mercado, em 31/12/2024, eram os seguintes:

Classificação dos títulos	Valor Justo em 31/12/2024 (R\$)
Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado	630.000
Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	920.000



1. (FCC - 2019)

No tocante à Terminologia Contábil Básica, especificamente, tratando-se da Terminologia dos Custos Industriais a definição de

- (A) custo é um gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
- (B) desembolso é a compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade, sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos.
- (C) despesa é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s).
- (D) gasto é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) investimento é o pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.

2. (FCC - 2019)

São itens que podem ser considerados como custos em uma fábrica que produz móveis:

- (A) Salário dos empregados da linha de produção, depreciação das máquinas de corte, salário do gerente de produção, materiais de escritório da contabilidade geral e depreciação dos computadores administrativos.
- (B) Madeira, salário dos empregados da linha de produção, depreciação das máquinas de corte, aluguel do prédio da fábrica e energia elétrica da área produtiva.
- (C) Madeira, pregos, salário do gerente de produção, gastos com propaganda e impostos sobre as vendas.
- (D) Perda por impairment dos computadores da gerência administrativa, aluguel do prédio da fábrica, frete pago na compra de madeira, cola e verniz.
- (E) Comissão dos vendedores, impostos não-recuperáveis sobre a compra de madeira importada, salário dos empregados responsáveis pela limpeza da fábrica, lixa e frete de entrega para os clientes.

3. (FCC - 2025)

Referente à classificação dos custos, a NBC TSP 34 determina que, quando o objeto de custo é

- (A) o atendimento hospitalar prestado por paciente, o custo com contrato mensal de limpeza hospitalar corresponde a um custo variável.
- (B) o processo julgado por um juiz, o custo com contrato anual de software de processo judicial corresponde a um custo variável.
- (C) o serviço de coleta de lixo, o custo com combustível de um caminhão utilizado exclusivamente para executar esse serviço corresponde a um custo indireto.
- (D) o processo julgado por um juiz, o custo com vigilância e limpeza do prédio onde o juiz trabalha para o julgamento corresponde a um custo direto.
- (E) a vacina aplicada, o custo com salário da coordenação regional responsável pela campanha de vacinação corresponde a um custo indireto.



1. (FCC - 2025)

Para responder à questão, considere a Constituição Federal de 1988.

Com relação à limitação do poder de tributar, é vedado à União

(A) instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, postos à disposição do contribuinte, e também instituir isenções de tributos da competência dos Municípios.

(B) instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, não sendo admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

(C) instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto, exceto suas organizações assistenciais e beneficentes, e também sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

(D) tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

(E) instituir empréstimos compulsórios, ainda que para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, sendo-lhe também vedada a instituição de isenções de tributos da competência dos Estados.

2. (FCC - 2024)

Admita-se, por hipótese, que, em razão de fortíssimos movimentos tectônicos, tenham surgido duas ilhas no litoral brasileiro, as quais receberam os nomes de Macro e Micro, respectivamente. Essas duas ilhas, de imediato, se tornaram territórios federais e, pelas suas dimensões, logo foram povoadas. A primeira, Macro, foi dividida em Municípios, mas a segunda, Micro, não o foi. Em razão disso, com base nas regras da Constituição Federal de 1988, a União pode lançar e cobrar dos habitantes de

(A) Micro os impostos federais, estaduais e municipais.

(B) ambas as Ilhas. os Impostos federais, estaduais e municipais.

(C) ambas as Ilhas apenas os impostos federais.

(D) Macro os impostos federais, estaduais e municipais.

(E) ambas as ilhas apenas os impostos federais e os impostos municipais.

3. (FCC - 2024)

A Constituição Federal de 1988 estabelece regras a respeito do Sistema Tributário Nacional. De acordo com a disciplina constitucional,

(A) a União pode instituir o IOF, o Imposto de Renda, o Imposto Territorial Rural e o ITBI.

(B) somente os Estados e os Municípios podem instituir a contribuição de melhoria em seus respectivos territórios.

(C) o Distrito Federal pode instituir o ICMS, o ISS, o ITBI, o ITCMD, IPVA e o IPTU, mas não pode instituir o IPI.

(D) somente a União e os Estados podem instituir taxas pelo exercício do poder de polícia.

(E) somente a União pode instituir taxas que tenham base de cálculo própria de impostos, e desde que esses impostos também sejam de sua competência tributária.



1. (FGV - 2025)

Um cidadão brasileiro, atualmente domiciliado nos Estados Unidos da América, efetuou a doação de um automóvel a seu sobrinho, residente no Estado do Paraná. A autoridade tributária paranaense identificou a operação e avaliou a possibilidade de cobrança do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

Diante do caso concreto e da norma constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exigência do ITCMD só será possível após a edição de lei complementar federal, que regulamente a competência nos casos em que o doador tiver domicílio ou residência no exterior.
- (B) Não incide o imposto em caso de doações internacionais, por ausência de competência expressa dos Estados.
- (C) A competência para instituir o ITCMD sobre essa doação é do Estado do Paraná, até que sobrevenha lei complementar federal que regulamente a matéria.
- (D) O ITCMD é inconstitucional nesse caso, pois envolve bem móvel e doador no exterior, situação vedada pela jurisprudência consolidada.
- (E) A competência para cobrar o ITCMD, nesse caso, é da União, que detém competência suplementar quando o doador reside no exterior.

2. (FURB - 2025)

A reforma tributária, após ampla discussão nas Casas Legislativas, foi aprovada com a alteração no bojo da Constituição. Contudo, sua implementação não será imediata, havendo algumas disposições acerca dos prazos fiscais. Diante desse cenário de mudanças paulatinas no sistema constitucional-tributário, assinale a opção correta:

- (A) A competência para processar e julgar originariamente os conflitos entre entes federativos ou entre esses entes e o Comitê Gestor do Imposto compartilhado sobre bens e serviços será da justiça federal.
- (B) O mecanismo de arrecadação e compartilhamento do imposto pelos Estados, Distrito Federal e Municípios instituído pela reforma tributária será baseado exclusivamente com a tributação na origem e não no destino de sua produção.
- (C) A partir de 2030, será cobrado o imposto seletivo sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.
- (D) A desvinculação de receitas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá em 01 de janeiro de 2030.
- (E) A partir de 2033, fica extinto o Imposto Municipal sobre Serviços de qualquer natureza (ISS) e, em 2026, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) será cobrado à alíquota de 0,1% (um décimo por cento).

3. (FÊNIX INSTITUTO - 2025)

A Emenda Constitucional nº 132/23 dispõe que o Sistema Tributário Nacional deve observar os princípios da, EXCETO:

- (A) Simplicidade.
- (B) Transparência.
- (C) Cooperação.
- (D) Morosidade.



1. (FCC - 2018)

São objetivos do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás:

- (A) Assegurar que o cumprimento das obrigações tributárias não ocorra de forma extemporânea.
- (B) Assegurar uma forma lícita de apuração, declaração e recolhimento de tributos, bem como a manutenção e apresentação de bens, mercadorias, livros, documentos, impressos, papéis, programas de computador ou arquivos eletrônicos a eles relativos.
- (C) Assegurar a adequada e eficaz prestação de serviços de orientação aos contribuintes, que pode ser remunerada de acordo com o valor gasto com os servidores e materiais da Administração pública empregados na prestação deste serviço.
- (D) Assegurar aos contribuintes o direito à ampla defesa e ao contraditório somente após o início do processo administrativo contencioso.
- (E) Promover o bom relacionamento entre fisco e contribuinte, baseado no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e no dever fundamental de pagar tributos, visando fornecer ao Estado os recursos necessários ao cumprimento de suas atribuições.

2. (FCC - 2018)

Considerando a expressa disposição do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás (Lei Complementar estadual nº 104, de 09 de outubro de 2013), considere as seguintes assertivas:

- I.** É direito do contribuinte ter conhecimento e obter certidão sobre atos, contratos, decisões, pareceres ou procedimentos de seu interesse, que se encontrem em poder da Administração pública, salvo se a informação solicitada estiver protegida por sigilo, observada a legislação pertinente à espécie.
- II.** É direito do contribuinte a eliminação parcial de dados falsos e/ou obtidos por meios ilícitos.
- III.** É direito do contribuinte a retificação, complementação, esclarecimento ou atualização de dados incorretos, incompletos, dúbios ou desatualizados.
- IV.** O prazo do procedimento de fiscalização não poderá ultrapassar 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, por despacho fundamentado da autoridade responsável.

Está correto o que se afirma **APENAS** em

- (A) I, II e **III**.
- (B) **I, II e IV**.
- (C) **II, III e IV**.
- (D) **I e III**.
- (E) **I e IV**.